

Portaria nº 732, de 1º de abril de 1991

A Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — Ibama, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, combinada com o art. 1º, inciso VII e X do Decreto nº 97.945, de 11 de julho de 1989 e o art. 83, inciso XIV do Regimento Interno aprovado pela Portaria Minter nº 445, de 16 de agosto de 1989, e tendo em vista o disposto no art. 14 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965¹, e o que consta no Processo Ibama/Sede nº 0277/91-37, resolve:

Art. 1º. Estabelecer normas para o registro, no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — Ibama, das Pessoas Físicas e Jurídicas que exercem atividades relacionadas com o setor florestal, nas categorias a seguir discriminadas:

- a) Administradora;
- b) Especializada;
- c) Consultoria Florestal;
- d) Associação Florestal;
- e) Cooperativa Florestal.

Art. 2º. Para efeito desta Portaria, entende-se por:

- a) Administradora: a pessoa jurídica que administra projeto(s) de reflorestamento incentivado(s);
- b) Especializada: a pessoa jurídica que executa projeto(s) de reflorestamento incentivado(s), podendo, também, ser responsável pela administração do(s) projeto(s);
- c) Consultoria Florestal: a pessoa física ou jurídica que presta serviço(s) de consultoria em projetos e/ou atividades relacionadas com o setor florestal;
- d) Associação Florestal: a pessoa jurídica que congrega ou venha a congregar, como associados, com finalidade de reposição florestal, consumidores de produtos florestais cujo consumo individual do associado não ultrapasse a 12.000 st/ano de lenha ou de qualquer outra matéria-prima flo-

¹ Vide Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, pág. 60, neste Tema.

restal ou cujo consumo de carvão vegetal, por associado, não ultrapasse a 4.000 m.d.c./ano;²

e) Cooperativa florestal: a pessoa jurídica que congrega ou venha a congregar, em regime cooperativista, os produtores em “regime especial” que comercializam, de forma individual, quantidade de lenha ou carvão vegetal e outros produtos ou matéria prima florestal não superior a 12.000 st/ano ou 4.000 m.d.c./ano, respectivamente.

Art. 3º. O pedido de registro da Pessoa Física ou Jurídica enquadrada em uma das categorias de que trata a presente Portaria deverá ser encaminhado ao Ibama, mediante requerimento do interessado ou de seu representante legal, em modelo próprio adotado por este Instituto, com a apresentação dos seguintes documentos complementares:

I — Quando tratar-se de “Administradora”, “Especializada”, “Associação Florestal” ou “Cooperativa Florestal”:

a) Formulário de Cadastro, em modelo próprio adotado pelo Ibama, devidamente preenchido;

b) cópia dos estatutos consolidados, devidamente atualizados;

c) nome e endereço dos membros da Diretoria;

d) certidão fornecida pelo CREA, comprovando o registro e quitação da empresa e de seu responsável técnico, engenheiro florestal ou agrônomo habilitado, observando-se a Resolução nº 218, de 29 de junho de 1973, e Decisão nº CR-020, de 31 de março de 1989, do Confea, sendo dispensada para aquelas empresas enquadradas na categoria de “Administradora”

II — Quando tratar-se de “Consultoria Florestal”:

a) formulário de cadastro, em modelo próprio adotado pelo Ibama, devidamente preenchido;

b) cópia dos estatutos consolidados, devidamente atualizados, quando tratar-se de pessoa jurídica;

c) nome e endereço dos membros da Diretoria, quando tratar-se de pessoa jurídica;

² Vide Decreto nº 1.282, de 19 de outubro de 1994 e Portaria nº 48, de 10 de julho de 1995, pág. 112 e 258, respectivamente neste Tema.

d) certidão fornecida pelo CREA, comprovando o registro e quitação da empresa e de seu responsável técnico, engenheiro florestal ou agrônomo habilitado, observando-se a Resolução nº 218, de 29 de junho de 1973, e Decisão nº CR-020, de 31 de março de 1989, do Confea, quando tratar-se de pessoa jurídica;

e) certidão fornecida pela CREA, comprovando o registro, quitação e atribuições do engenheiro florestal ou agrônomo habilitado, observando-se a Resolução nº 218, de 29 de junho de 1973, e Decisão nº CR-020, de 31 de março de 1989, do Confea, quando tratar-se de pessoa física.

Art. 4º. A efetivação do Registro se dará com a emissão pelo Ibama do “Certificado de Registro”, em modelo próprio, o qual só terá validade após o recolhimento da importância correspondente a taxa de registro, prevista na legislação vigente.

Art. 5º. O Registro concedido nos termos da presente Portaria deverá ser renovado anualmente, mediante o recolhimento da importância equivalente a respectiva taxa de registro mencionada no Art. 4º desta Portaria.

Art. 6º. A ocorrência de qualquer modificação das condições com base nas quais foi efetivado o seu registro, o interessado deverá requerer ao Ibama a atualização dos dados cadastrais, juntando ao requerimento a documentação comprobatória da alteração pleiteada, bem como o original do Certificado de Registro emitido anteriormente.

Parágrafo único. Cessados os objetivos que levaram a pessoa física ou jurídica a solicitar o registro ou quando ocorrer motivos de força maior, a interessada deverá requerer o cancelamento do respectivo Registro, obrigando-se ao pagamento de quaisquer débitos porventura existente com esta Autarquia. Neste caso, o requerimento deverá ser acompanhado de Certificado e Registro ou documento equivalente que comprove não existir débitos referentes ao registro na data do pedido de cancelamento.

Art. 7º. As empresas “Administradoras” de projetos e “Especializadas” em florestamento ou reflorestamento, deverão, obrigatoriamente, manter atualizados os seus registros até que se expire o prazo de vinculação dos projetos sob sua responsabilidade com este Instituto, obedecendo o disposto no contrato de sociedade em conta de participação.

Art. 8º. Caberá à Diretoria de Controle e Fiscalização — Dircof, deste Instituto a concessão ou cancelamento dos registros de que trata esta Portaria.

ria, ouvido os setores técnicos competentes, quando for o caso, podendo essa Diretoria baixar normas/instruções complementares para a aplicação desta Portaria.

Art. 9º. Para efeito de fiscalização, o interessado deverá apresentar o respectivo “Certificado de Registro”, nos termos do estabelecido no art. 4º desta Portaria.

Art. 10. Aos infratores dos dispositivos desta Portaria serão aplicados pelo Ibama as penalidades previstas na legislação vigente.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente, os artigos 44, 45, 46, 47, 48, 49 e 50 da Portaria Normativa nº 288/P, de 4 de outubro de 1988 e o artigo 3º da Portaria nº 710-Diren/P, de 19 de setembro de 1989.

Tânia Maria Tonelli Munhoz
Presidente

(DOU de 05.04.91)